

# LUSOFONIA E GLOBALIZAÇÃO\*

José Rebelo

Sociólogo, Professor do ISCTE



2014

---

\*III Congresso da SOPCOM.

A preparação da minha intervenção para esta sessão final do Congresso da LUSOCOM, levou-me a reler algumas passagens de um livro do sociólogo alemão Ulrich Beck cuja edição francesa intitulada “Pouvoir et contre-pouvoir à l’ère de la mondialisation” saíu recentemente.

O objectivo de Beck consiste em encontrar resposta para a questão que, na sua opinião, domina o nosso tempo: quais são, na era da mundialização, os fundamentos de uma dominação legítima?

Ulrich Beck parte da distinção entre os conceitos de instituição e de organização.

São instituições, aquelas regras de base ou regras implícitas que subjazem ao exercício do poder. Trata-se de regras de comportamento, formais e informais, através das quais se desenvolvem práticas políticas nacionais ou internacionais: controlo de um Estado sobre um determinado território, reconhecimento internacional e exercício da diplomacia, monopólio do uso da força, primazia do direito, sistemas de protecção social, direitos cívicos e políticos fundamentais, etc. Tudo isto pertence, portanto, ao campo das instituições. Já as organizações são definidas por Ulrich Beck como as colectividades que dispõem de um certo número de membros, de recursos financeiros e de locais próprios, assim como de um estatuto jurídico: os Estados, as colectividades da economia mundial, as colectividades da sociedade civil mundial, etc.

Na óptica de Ulrich Beck, a situação actual caracteriza-se pela ruptura da tradicional relação entre instituições e organizações. Ou seja, as instituições já não dispõem da capacidade de fornecer em exclusivo, o espaço e o quadro no interior dos quais as organizações conduzem a sua política. Assim,

por exemplo, as organizações económico-financeiras de dimensão mundial, escapam ao quadro institucional e subvertem todos e quaisquer apriorismos nacionais da acção política.

O cenário único, no qual os Estados nacionais e o sistema de relações internacionais entre Estados, relações bilaterais ou multilaterais, determinavam o espaço colectivo do agir político está, insiste Ulrich Beck, claramente em decadência. Com a mundialização emerge um novo espaço e um novo quadro para a acção: a política liberta-se das fronteiras e dos Estados com a consequente irrupção de novos actores investidos de novos papéis e de novos estatutos; com a irrupção de novos recursos, de novas regras, de novas contradições, de novos conflitos.

Ao paradigma do Estado-providência de âmbito nacional, cujo fim consistia em garantir uma segurança para todos, à “era social democrática” que, para autores como Dahrendorf, visava uma igualdade social máxima, num contexto de homogeneidade social, sucede um modelo neo-liberal baseado na suposta liberdade de escolha. Suposta, sublinho, já que esse modelo neo-liberal, pelo qual a modificação das regras, ou seja a definição das instituições, para usar o conceito de Beck que anteriormente referi, vai paulatinamente sendo assumido pelas colectividades económico-financeiras, produziu assimetrias que se acentuam cada vez mais e que põem definitivamente em causa a relação entre todos.

Mas não vale a pena insistir na crítica de uma globalização hegemónica, económica e financeira, que tem originado tão extensa bibliografia. Que tem motivado tantos colóquios. Tudo já terá sido dito e escrito a esse respeito.

Deparamo-nos portanto, por um lado, com o neo-liberalismo semente de injustiça e explicação para a violência. E, por outro, com soberanismos nas suas diferentes versões, de direita ou de esquerda, que se conjugam no sentido de recuperar, para o Estado, a autoridade perdida. Eis os dois pólos da alternativa que nos é colocada e que importa romper.

Mas romper como?

Ulrich Beck procura desbravar uma pista, retomando o conceito kantiano de “cosmopolitismo”. Um “cosmopolitismo” que impregne todas as situações sociais e todos os contextos históricos. Um “cosmopolitismo” gerador de uma espécie de senso comum que paire sobre parcelas importantes da humanidade e que as conduza a evoluções irresistíveis. Mas um cosmopolitismo autocrítico, inequívoco, limpo da poeira que, com o tempo, sobre ele se acumulou. Um cosmopolitismo que não se confunda com um qualquer globalismo. Que não se confunda com um qualquer universalismo. Que não se confunda com um qualquer multi-culturalismo.

Não se confunda com globalismo, quando globalismo é atributo de quem não tem pátria, de quem não tem nação ou se pretende cidadão de todas as pátrias ou membro integrante de todas as nações. Quando globalismo ganha contornos de estratégia de atomização social que dilui os pontos de referência do indivíduo, nomeadamente a família, a relação de trabalho e a classe social. A família que servia de ponto de ancoragem social, económica e psicológica. A relação de trabalho, já que os apelos cada vez mais insistentes à mobilidade profissional, reduzem o futuro à aleatoriedade, ao risco. A classe social, já que desaparece aquilo que

constituía, ontem, uma força de integração e de identificação.

Um cosmopolitismo que não se confunda com universalismo que, tantas vezes, se exprime sob a forma de um etno-centrismo, finalmente elitista. Um universalismo que, filho das Luzes, esteve na origem de etnocídios cometidos pelo colonialismo europeu e que legitimou, em nome do progresso as chamadas “raças evoluídas” ou “superiores”, às quais caberia a missão de contribuir para a evolução das “raças inferiores”, ou seja, para as “civilizar”.

Um cosmopolitismo que não se confunda com o multi-culturalismo, oportunamente denunciado por Michel Viewiorka, que tem implícita a ideia de uma identidade essencialista das culturas e de uma relação de rivalidade entre essas mesmas culturas.

Pelo contrário, para Ulrich Beck o cosmopolitismo pressupõe e reforça a individualização. Na sua pessoa, na sua família, na sua vida profissional, nas suas opiniões políticas, nas suas ambições e projectos, o indivíduo é membro em simultâneo das mais diferentes comunidades. Não significa, isto, a exclusão da comunidade nacional. Significa, sim, que a afirmação do indivíduo se realiza também na comunidade nacional. Significa que se vivem em simultâneo vidas diferentes, diferentes histórias, diferentes recordações no decurso da vida única, da única vida, que é a nossa.

O realismo político, prisioneiro da óptica nacional, perde, assim, pertinência. Gradualmente, é substituído por um realismo cosmopolita.

A nomadização, a errância de que nos fala Maffesoli, a banalização da dupla nacionalidade, as existências que ignoram as fronteiras e que se cruzam nesses não-lugares, no

sentido que Marc Augé dá à expressão: tudo isso, na sua complexidade e na sua intensidade, gera uma malha de cumplicidades que não significa, de modo algum, abandono das identidades de origem, antes pelo contrário.

Donde uma observação aparentemente, sublinho, aparentemente, paradoxal de Ulrich Beck: a de que o aprofundamento das dependências trans-nacionais, uma vez caídas as grilhetas territoriais, é susceptível de conduzir a uma reconquista, e mesmo a um reforço dos sentimentos de independência nacional.

Um português no Rio de Janeiro, um guineense em Lisboa, um moçambicano em Luanda, um angolano em Bissau, um timorense em São Tomé, um brasileiro em Díli, enfim, todos aqueles cidadãos de países de expressão portuguesa, espalhados pelos diferentes pontos do globo, não deixam de se sentir portugueses, guineenses, moçambicanos, angolanos, timorenses, brasileiros, etc. e sê-lo-ão, tanto mais profundamente, quanto mais profundos forem os laços de alteridade que conseguirem estabelecer.

É nesta perspectiva que encaro a lusofonia no contexto da globalização. Nesta troca de culturas, de vivências, de projectos as ciências da comunicação jogam um papel fulcral. Na condição de se assumirem como ciências críticas, isto é, na condição de saberem utilizar os instrumentos de análise empírica para, como nos ensina Habermas, mobilizarem os sujeitos, mas, também, para explicitarem, quando não para denunciarem, interesses dissimulados ou tentações hegemónicas.

Interessa dar a conhecer experiências como as das rádios comunitárias, suportes de uma democracia de proximidade, que se multiplicam no interior de Moçambique,

como tive ocasião de verificar no decurso de deslocações recentes que efectuei a esse país. Interessa dar a conhecer experiências de criação de redes autónomas de comunicação, como as que se desenvolvem no Bairro da Maré, da periferia do Rio de Janeiro, e das quais os meus amigos Raquel Paiva e Moniz Sodré me deram conhecimento. Mas interessa também estudar, atentamente, os estereótipos transmitidos por grandes grupos de comunicação nacionais ou privados, assim como as respectivas consequências. Também a este respeito lembraria alguns exemplos, aliás de todos vós bem conhecidos. Qual a imagem de Portugal que transparece nos noticiários e na programação da Rádio Televisão Portuguesa Internacional? Por outro lado, em que medida a RTPi não servirá de espelho, reflectindo os interesses dos poderes instalados, em particular, nas capitais dos países lusófonos de África? E que imagem do Brasil chega até Portugal, Angola, Moçambique, através da telenovela?

Abro um pequeno parêntesis para referir um aspecto que me foi dado observar em Moçambique. Existem neste país três canais de televisão: um moçambicano, extremamente rudimentar, em meios tecnológicos e humanos, com uma grelha de programação de curta duração; existe também a RTPi que me permitiu, aquando da minha última deslocação, seguir atentamente as peripécias do célebre e celebrizado folhetim pedófilo e me permitiu, igualmente, seguir de perto as consequências da queda de uma ponte pedonal sobre a IC19. O que representará para um moçambicano de Nampula a IC19?!

O trabalho que se nos apresenta é vasto e os recursos, como sempre acontece, escassos. Logicamente, nem de outra forma poderia ser. Cabe-nos encontrar estratégias

de multiplicação de encontros, de troca de informações – e a Internet oferece-nos possibilidades ainda não exploradas em toda a sua dimensão. Este Congresso exemplifica bem a reflexão conjunta que urge intensificar. Muitos são os exemplos que poderiam ser dados aqui, de iniciativas conjuntas que se desenvolvem, nomeadamente, entre instituições portuguesas e brasileiras. Permitam-me que destaque apenas um, porque nele está implicado directamente a escola onde lecciono: refiro-me à criação, em 2003, de uma cátedra luso-brasileira de ciências sociais associando a universidade de Campinas e o ISCTE.

Eis alguns dos aspectos que gostaria de deixar marcados na sessão final desta iniciativa que merece o meu mais fervoroso aplauso. Daí os agradecimentos e os parabéns que dirijo aos seus organizadores.